

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.061 - SP (2019/0262860-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CLAUDIA ABRAMO ARIANO - SP296711
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : L A DA S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de L. A. DA. S., em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 13):

Habeas corpus. Impetração contra sentença que aplica medida socioeducativa de internação em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Medida incabível para a discussão travada. Sentença devidamente fundamentada. Impetrante que não aponta ou demonstra qualquer teratologia no julgamento. Socioeducando e sua família que estão amparados pela Portaria Normativa nº. 285/2016 da Fundação Casa, que concede auxílio financeiro para as despesas de deslocamento de familiares de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em localidade diversa de sua comarca de origem.

Writ denegado.

O paciente L. A. DA. S. foi representado e sentenciado pela prática de ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 29 do Código Penal, sendo-lhe aplicada medida de internação.

No presente *writ* sustenta, em suma, a ilegalidade da medida socioeducativa de internação. Aduz, ainda, que em razão da inexistência de vaga para o cumprimento da medida de internação na Comarca em que reside sua família, não deveria ter sido transferido para Comarca diversa, mas aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da medida de internação, com a aplicação de medida socioeducativa diversa em meio aberto.

Deferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem ofício.

Ao prestar novas informações, a Vara de origem encaminhou sentença (fl. 198) que extinguiu a medida socioeducativa de internação imposta ao paciente, o que torna superada a discussão posta no presente *writ*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

